



Jornal Oficial de Jahu

Imprensa Oficial do Município de Jahu – Estado de São Paulo
Criado pela Lei Municipal no. 2194 de 22/04/1983. Regulamentado pelo Decreto no. 2388 de 06/06/1983

Redação: Rua Paissandu no. 444 – Centro – Jahu – SP
Editado e composto sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação

Doe Medula Óssea. Salve uma Vida!

Ano XIV

No. 965 – A Extra

de 17 de setembro de 2020

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Seção I Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

LEI Nº 5.290, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jahu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Jahu aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2021 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta lei, as quais têm precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela Lei Orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO III DAS METAS FISCAIS

Art. 3º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2021 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:

- Tabela 1 - Metas Anuais;
- Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Plano Previdenciário;
- Tabela 6.2 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Plano Financeiro;
- Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

CAPÍTULO IV DOS RISCOS FISCAIS

Art. 4º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.



Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

CAPÍTULO V DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Art. 5º A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

CAPÍTULO VI DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Art. 6º Na elaboração da Lei Orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2021.

CAPÍTULO VII DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 7º Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 8º No prazo previsto no *caput* do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.



§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais impositivas eventualmente aprovadas na Lei Orçamentária Anual.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO VIII DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 9º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

- I. concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;
- II. admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

- I. prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II. lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;
- III. no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

- I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- II – nas situações de emergência e de calamidade pública;
- III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;
- IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;
- V – nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

CAPÍTULO IX DOS NOVOS PROJETOS

Art. 10. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

CAPÍTULO X DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 11. Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as atualizações determinadas pelo Governo Federal.

CAPÍTULO XI DO CONTROLE DE CUSTOS

Art. 12. Para atender ao disposto no art. 4º, I, “e”, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.



Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

CAPÍTULO XII

DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 13. Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 14. Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão conessor, em relação a sua aplicação direta;

III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na Lei Orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 15. As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

Parágrafo único. Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria Lei Orçamentária Anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 16. As disposições dos artigos 13 e 14 desta Lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

Art. 17. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

CAPÍTULO XIII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Art. 18. Nas receitas previstas na Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 19. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:



I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 20. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos necessários à realização de cirurgias eletivas, podendo haver celebração de convênio para a consecução deste objetivo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos na saúde para a realização de cirurgias de catarata.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos na saúde para a realização de cirurgias ortopédicas.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos na saúde para a realização de cirurgias vasculares.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos de infraestrutura para a reconstrução de parques infantis do Município.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos na iluminação pública do Município.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos necessários à construção de uma creche no Residencial Frei Galvão.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos necessários para a manutenção das estradas rurais do Município de Jahu, podendo haver a celebração de convênio para a consecução deste objetivo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos necessários na melhoria da infraestrutura e asfalto das vias públicas do Município.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.



Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos de infraestrutura no Distrito de Potunduva.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos necessários à manutenção de toda frota de veículos do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) do Município de Jahu.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos necessários à construção, ampliação e reforma de equipamentos esportivos do Município de Jahu.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos necessários ao recapeamento, pavimentação e serviços complementares nas vias do Município de Jahu.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos necessários à construção de um Centro Comunitário no Jardim Pires I.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos necessários à construção de uma creche na região dos bairros Residencial Paraty, Vila dos Comerciantes, Villagio de Roma e Jardim Itatiaia.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os investimentos necessários à construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na região dos bairros Residencial Paraty, Vila dos Comerciantes, Villagio de Roma e Jardim Itatiaia.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos necessários à construção de uma U.B.S (Unidade Básica de Saúde) no Residencial Frei Galvão.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo, deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar ou manter convênio com a Irmandade de Misericórdia do Jahu – Santa Casa de Jahu.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo, deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos necessários à construção de duas hortas municipais, sendo uma no Jardim Bela Vista e a outra no Jardim Maria Luiza IV.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo, deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar ou manter convênio com a Associação Hospitalar Thereza Perlati.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo, deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos necessários para a construção e manutenção de pontes das estradas rurais do Município.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo, deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.



Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a promover investimentos necessários à execução de obras no curso do Rio Jaú, no âmbito do Bairro Jardim São José I e II, destinada a correção do problema de alagamentos e enchentes.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo, deixará recursos disponíveis na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 e, para isso, se necessário, realizará as mudanças necessárias no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 43. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, no artigo 174 da Constituição Estadual e nos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária de 2021 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos suplementares e estabelecerá as condições e os limites a serem observados.

Art. 44. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

Art. 45. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 46. A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2020.

§1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2020 e 2021, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§2º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

Art. 47. Não sendo encaminhado o autógrafa do projeto de Lei Orçamentária Anual até a data de início do exercício de 2021, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês, observado na execução, individualmente, o limite de cada dotação proposta.

§1º Enquanto perdurar a situação descrita no *caput*, a parcela de cada duodécimo não utilizada em cada mês será somada ao valor dos duodécimos posteriores.

§2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§3º Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§4º Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2021.

Art. 48. O Poder Executivo providenciará o envio, exclusivamente em meio eletrônico, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, em até 30 dias após a promulgação da Lei Orçamentária de 2021, demonstrativos com informações complementares detalhando a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho e elemento de despesa.

Art. 49. Para efeito de comprovação dos limites constitucionais nas áreas de educação e da saúde serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar em 2021 que forem pagas até 31 de dezembro do ano subsequente.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Jahu,
em 17 de setembro de 2020.
168º ano de fundação da Cidade.

RAFAEL LUNARDELLI AGOSTINI,
Prefeito do Município de Jahu.

Registrada da Secretaria de Governo, na mesma data.

CARLOS AUGUSTO MORETTO,
Secretário de Governo.



Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 1 - Metas Anuais
2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

Especificação	2021			2022			2023		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% RCL (a/RCLx100)	Valor corrente (b)	Valor constante	% RCL (b/RCLx100)	Valor corrente (c)	Valor constante	% RCL (c/RCLx100)
Receita total	438.139	423.119	101,4084	463.047	431.592	101,4095	493.631	444.540	101,4083
Receitas primárias (I)	436.860	421.884	101,1123	461.695	430.332	101,1134	492.191	443.243	101,1129
Despesa total	438.139	423.119	101,4084	463.047	431.592	101,4095	493.631	444.540	101,4083
Despesas primárias (II)	424.502	409.949	98,2520	448.774	418.289	98,2837	478.415	430.837	98,2824
Resultado primário (III)=(I-II)	12.358	11.935	2,8603	12.921	12.043	2,8295	13.776	12.406	2,8300
Resultado Nominal	13.447	12.988	3,1123	14.072	13.117	3,0818	15.003	13.511	3,0821
Dívida pública consolidada	78.776	76.076	18,2329	71.857	66.976	15,7370	65.377	58.876	13,4306
Dívida consolidada líquida	58.570	56.563	13,5562	49.849	46.463	10,9172	42.599	38.363	8,7513
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 10ª Edição.

Fonte e Notas Explicativas

Nas Dívidas Pública Consolidada e Consolidada Líquida, bem como no Resultado Nominal não foram considerados os valores do RPPS. Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade, pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2021.

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

MDO tabela 1 - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

Especificação	Metas Previstas em 2019 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% RCL	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	422.471	106,0312	393.225	101,3949	-29.246	-6,9226
Receita Primária (I)	414.511	104,0334	391.865	101,0443	-22.646	-5,4633
Despesa Total	422.471	106,0312	397.976	102,6200	-24.495	-5,7980
Despesa Primária (II)	409.043	102,6611	384.925	99,2547	-24.118	-5,8962
Resultado Primário (III)=(I-II)	5.468	1,3723	6.940	1,7895	1.472	26,9203
Resultado Nominal	-13.568	-3,4052	-4.259	-1,0982	9.309	-68,6100
Dívida Pública Consolidada	72.755	18,2599	93.276	24,0516	20.521	28,2056
Dívida Consolidada Líquida	60.945	15,2959	72.763	18,7622	11.818	19,3913

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 10ª Edição.

MDO tabela 2 - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
2021

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

Especificação	Valores a preços correntes											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita total	393.139	422.471	7,46	435.397	3,06	438.139	0,63	463.047	5,68	493.631	6,60	
Receitas Primárias (I)	384.766	414.511	7,73	434.051	4,71	436.860	0,65	461.695	5,68	492.191	6,61	
Despesa total	393.139	422.471	7,46	435.397	3,06	438.139	0,63	463.047	5,68	493.631	6,60	
Despesas Primárias (II)	378.677	409.043	8,02	419.328	2,51	424.502	1,23	446.774	5,72	476.415	6,60	
Resultado primário (III)=(I-II)	6.089	5.468	-10,20	14.723	169,26	12.358	-16,06	12.921	4,56	13.776	6,62	
Resultado Nominal	-11.132	-13.568	21,88	15.867	-216,94	13.447	-15,25	14.072	4,65	15.003	6,62	
Dívida pública consolidada	100.104	72.755	-27,32	66.410	-8,72	78.776	18,62	71.857	-8,78	65.377	-9,02	
Dívida pública líquida	94.247	60.945	-35,33	38.523	-36,79	58.570	52,04	49.849	-14,89	42.599	-14,54	

Especificação	Valores a preços constantes											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita total	423.299	438.524	3,60	435.397	-0,71	423.119	-2,82	431.592	2,00	444.540	3,00	
Receitas primárias (I)	414.284	430.262	3,86	434.051	0,88	421.884	-2,80	430.332	2,00	443.243	3,00	
Despesa total	423.299	438.524	3,60	435.397	-0,71	423.119	-2,82	431.592	2,00	444.540	3,00	
Despesas primárias (II)	407.728	424.586	4,13	419.328	-1,24	409.949	-2,24	418.289	2,03	430.837	3,00	
Resultado primário (III)=(I-II)	6.556	5.676	-13,42	14.723	159,39	11.935	-18,94	12.043	0,90	12.406	3,01	
Resultado Nominal	-11.986	-14.083	17,50	15.867	-212,67	12.986	-18,16	13.117	1,01	13.511	3,00	
Dívida pública consolidada	107.783	75.519	-29,93	66.410	-12,06	76.076	14,56	66.976	-11,96	58.876	-12,09	
Dívida pública líquida	101.477	63.260	-37,66	38.523	-39,10	56.563	46,83	46.463	-17,86	38.363	-17,43	

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

MLDO Tabela 3 - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido
2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário)						
Patrimônio Líquido	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	1.576	0,47	1.576	0,51	1.576	0,56
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	331.988	99,53	305.824	99,49	279.312	99,44
TOTAL	333.564	100,00	307.400	100,00	280.888	100,00

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	2.280	100,00	2.335	100,00	1.550	100,00
TOTAL	2.280	100,00	2.335	100,00	1.550	100,00

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04

MLDO tabela 4 - Conam LTDA - www.conam.com.br



Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2019	2018	2017
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	0	0
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras			

Despesas Executadas	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

Saldo Financeiro	2019	2018	2017
Saldo do Exercício Anterior			
VALOR (III)	0	0	0

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04

[MLDO tabela 5 - Conam LTDA - www.conam.com.br](#)



Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

PLANO PREVIDENCIÁRIO	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)	302	596	278
Receita de Contribuições dos Segurados	212	209	207
Civil	212	209	207
Ativo	7	5	1
Inativo	205	204	206
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	2	1	10
Civil	2	1	10
Ativo	2	1	10
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	88	366	58
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	88	48	58
Outras Receitas Patrimoniais	0	318	0
Receitas de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	20	3
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	20	3
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV)=(I+III-II)	302	596	278

PLANO PREVIDENCIÁRIO	2017	2018	2019
DESPEAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Benefícios - Civil	7.799	7.667	7.652
Aposentadorias	4.714	4.481	4.252
Pensões	3.078	3.180	3.388
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	12
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	213
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	213
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	7.799	7.667	7.865
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI)=(IV-V)	-7.497	-7.071	-7.587

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR	0	0	0

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR	0	0	0

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	671
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	13.217	12.647	11.397

MDO tabela 6 - Conam LTDA - www.conam.com.br



Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalente de Caixa	524	853	333
Investimentos e Aplicações	1.862	2.168	2.618
Outros Bens e Direitos	0	0	0

PLANO FINANCEIRO	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	0	0	0
RECEITAS CORRENTES (VII)	0	0	0
Receita de Contribuições dos Segurados	0	0	0
Civil	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	0	0	0
Civil	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX)=(VII+VIII)	0	0	0

PLANO FINANCEIRO	2017	2018	2019
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	0	0	0
Benefícios - Civil	0	0	0
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI)=(IX-X)	0	0	0

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2017	2018	2019
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0	0	0

MLDO tabela 6 - Conam LTDA - www.conam.com.br



Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2017	2018	2019
DESPESAS CORRENTES - (XIII)	4.346	4.792	4.400
DESPESAS DE CAPITAL - (XIV)	147	151	159
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	4.493	4.943	4.559
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	-4.493	-4.943	-4.559

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04

Fonte e Notas Explicativas

[MLDO tabela 6 - Conam LTDA - www.conam.com.br](#)



Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)
2019	-----	-----	-----	2.952
2020	19	7.254	-7.235	-4.283
2021	20	7.062	-7.042	-11.325
2022	20	6.857	-6.837	-18.162
2023	20	6.715	-6.695	-24.857
2024	21	6.484	-6.463	-31.320
2025	21	6.241	-6.220	-37.540
2026	21	5.987	-5.966	-43.506
2027	0	5.721	-5.721	-49.227
2028	0	5.444	-5.444	-54.671
2029	0	5.157	-5.157	-59.828
2030	0	4.863	-4.863	-64.691
2031	0	4.564	-4.564	-69.255
2032	0	4.263	-4.263	-73.518
2033	0	3.961	-3.961	-77.479
2034	0	3.659	-3.659	-81.138
2035	0	3.359	-3.359	-84.497
2036	0	3.084	-3.084	-87.581
2037	0	2.831	-2.831	-90.412
2038	0	2.599	-2.599	-93.011
2039	0	2.386	-2.386	-95.397
2040	0	2.190	-2.190	-97.587
2041	0	2.010	-2.010	-99.597
2042	0	1.845	-1.845	-101.442
2043	0	1.694	-1.694	-103.136
2044	0	1.555	-1.555	-104.691
2045	0	1.427	-1.427	-106.118
2046	0	1.310	-1.310	-107.428
2047	0	1.203	-1.203	-108.631
2048	0	1.104	-1.104	-109.735
2049	0	1.014	-1.014	-110.749
2050	0	930	-930	-111.679
2051	0	854	-854	-112.533
2052	0	845	-845	-113.378
2053	0	836	-836	-114.214
2054	0	827	-827	-115.041
2055	0	818	-818	-115.859
2056	0	810	-810	-116.669
2057	0	802	-802	-117.471
2058	0	794	-794	-118.265
2059	0	786	-786	-119.051
2060	0	778	-778	-119.829
2061	0	770	-770	-120.599

MLDO tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br



Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)
2062	0	763	-763	-121.362
2063	0	755	-755	-122.117
2064	0	748	-748	-122.865
2065	0	740	-740	-123.605
2066	0	733	-733	-124.338
2067	0	725	-725	-125.063
2068	0	718	-718	-125.781
2069	0	711	-711	-126.492
2070	0	704	-704	-127.196
2071	0	634	-634	-127.830
2072	0	571	-571	-128.401
2073	0	515	-515	-128.916
2074	0	463	-463	-129.379
2075	0	417	-417	-129.796
2076	0	375	-375	-130.171
2077	0	338	-338	-130.509
2078	0	304	-304	-130.813
2079	0	274	-274	-131.087
2080	0	246	-246	-131.333
2081	0	222	-222	-131.555
2082	0	199	-199	-131.754
2083	0	180	-180	-131.934
2084	0	162	-162	-132.096
2085	0	145	-145	-132.241
2086	0	131	-131	-132.372
2087	0	118	-118	-132.490
2088	0	106	-106	-132.596
2089	0	95	-95	-132.691
2090	0	86	-86	-132.777
2091	0	77	-77	-132.854
2092	0	70	-70	-132.924
2093	0	63	-63	-132.987
2094	0	56	-56	-133.043

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04

[MLDO tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

[MLDO tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)
2019	-----	-----	-----	
2020			-	0
2021			-	0
2022			-	0
2023			-	0
2024			-	0
2025			-	0
2026			-	0
2027			-	0
2028			-	0
2029			-	0
2030			-	0
2031			-	0
2032			-	0
2033			-	0
2034			-	0
2035			-	0
2036			-	0
2037			-	0
2038			-	0
2039			-	0
2040			-	0
2041			-	0
2042			-	0
2043			-	0
2044			-	0
2045			-	0
2046			-	0
2047			-	0
2048			-	0
2049			-	0
2050			-	0
2051			-	0
2052			-	0
2053			-	0
2054			-	0
2055			-	0
2056			-	0
2057			-	0
2058			-	0
2059			-	0
2060			-	0
2061			-	0

MUDO tabela 6.2 - Conam LTDA
- www.conam.com.br



Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)
2062			-	0
2063			-	0
2064			-	0
2065			-	0
2066			-	0
2067			-	0
2068			-	0
2069			-	0
2070			-	0
2071			-	0
2072			-	0
2073			-	0
2074			-	0
2075			-	0
2076			-	0
2077			-	0
2078			-	0
2079			-	0
2080			-	0
2081			-	0
2082			-	0
2083			-	0
2084			-	0
2085			-	0
2086			-	0
2087			-	0
2088			-	0
2089			-	0
2090			-	0
2091			-	0
2092			-	0
2093			-	0
2094			-	0

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04

[MLDO tabela 6.2 - Conam LTDA - www.conam.com.br](#)

Fonte e Notas Explicativas

[MLDO tabela 6.2 - Conam LTDA - www.conam.com.br](#)



Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2021	2022	2023	
TOTAL			0	0	0	-

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 2020-04-13 e hora de emissão 10:04

Fontes e notas explicativas:

[MDO Tabela 7 - Conam LTDA - www.conam.com.br](#)

Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 13-Abr-2020 e hora de emissão 10:04

[MDO tabela 8 - Conam LTDA - www.conam.com.br](#)

Município de JAU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Demonstrativo de riscos fiscais e providências
2021

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ milhares

Total	0	Total	0
--------------	---	--------------	---

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04

Fontes e notas explicativas:

[MDO ARF - Riscos Fiscais - Conam LTDA - www.conam.com.br](#)



Município de JAU

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2019 em valores correntes; 2020 a 2023 em valores constantes a preços de 2020

2021

Este quadro não inclui as receitas intraorçamentárias.

LRP, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Arrecadado 2019	Reestimativa 2020	Estimativa 2021	Estimativa 2022	Estimativa 2023
RECEITAS CORRENTES	398.022	413.322	417.493	425.849	438.630
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	104.569	106.790	107.893	110.062	113.363
Impostos	85.163	86.961	87.831	89.588	92.273
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ.Urbana	44.497	44.998	45.448	46.357	47.748
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	7.370	7.500	7.578	7.727	7.958
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	26.038	26.988	27.258	27.801	28.633
Imposto de Renda Retido na Fonte	7.258	7.477	7.552	7.703	7.934
Taxas	19.406	19.823	20.062	20.474	21.088
Pelo Exercício do Poder de Polícia	974	1.022	1.067	1.099	1.132
Pela prestação de serviços	18.432	18.807	18.998	19.378	19.958
Contribuição de Melhoria	0	0	0	0	0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.122	7.143	7.220	7.364	7.584
Contribuições Sociais do Servidor para o RPPS	207	243	251	258	264
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	6.914	6.900	6.969	7.108	7.322
RECEITA PATRIMONIAL	1.512	1.370	1.384	1.412	1.454
Receitas Imobiliárias	152	148	149	152	157
Receitas de Valores Mobiliários	1.360	1.222	1.238	1.260	1.297
Demais Receitas Patrimoniais	0	0	0	0	0
Receita agropecuária	0	0	0	0	0
Receita industrial	0	0	0	0	0
Receita de serviços	494	500	508	519	531
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	303.618	328.143	331.432	338.057	348.203
Transferências da União	139.172	158.323	159.908	163.104	168.000
Fundo de Participação dos Municípios	71.807	76.373	77.133	78.681	81.042
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	1.226	1.412	1.427	1.455	1.493
Cota-parte do IOF/Ouro	0	0	0	0	0
Outras Transferências da União	66.139	80.538	81.342	82.968	85.465
Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir)	0	0	0	0	0
Transferências do SUS	51.657	65.864	66.523	67.853	69.883
Transferência do Salário-educação (FNDE)	6.250	6.500	6.568	6.698	6.897
Demais Transferências do FNDE	1.676	1.672	1.688	1.723	1.773
Transferências do FNAS	1.498	1.500	1.518	1.549	1.592
Demais Transferências da União	5.061	5.000	5.050	5.151	5.304
Transferências dos Estados	110.608	114.538	115.681	117.993	121.534
Cota-parte do Imp.s/ Circulação de Merc. e Serv.	78.014	80.918	81.727	83.361	85.862
Cota-parte do Imp.s/ Veículos Automotores	26.078	27.258	27.531	28.081	28.924
Cota-parte do Imp.s/ Prod.Industr/Exportações	53	608	614	628	648
Transferência Financeira da CIDE	138	142	144	147	151
Demais Transferências dos Estados	5.830	5.603	5.668	5.778	5.952
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	53.690	55.177	55.728	56.843	58.548
Transferências de Instituições Privadas	148	114	118	117	121
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	0	0	0	0	0
Transferências de Convênios	5.098	5.518	5.574	5.688	5.858
OUTRAS REC.CORRENTES (exceto juros de empréstimos e compensação entre regimes de previdência social)	0	0	0	0	0
Juros de empréstimos concedidos	0	0	0	0	0
Compensação entre Regimes de Previdência Social	34.390	36.154	36.518	37.248	38.363
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	5.203	5.572	5.628	5.743	5.910
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0	0
Operações de crédito	0	0	0	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0	0	0
Receita de Privatizações	5.143	5.500	5.558	5.668	5.834
Amortização de empréstimos	60	71	71	71	74
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
Total geral das receitas	393.228	418.893	423.118	431.592	444.540
Receitas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	387.815	413.073	417.242	425.593	438.364
REC. CORR. LÍQUIDA - PREVISTA NA LOA 2019	398.440				

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 13-04-2020 e hora de emissão 10:04
MIDO Receita - Conam LTDA - www.conam.com.br



Município de JAU

Quadro II

CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2019 em valores correntes; 2020 a 2023 em valores constantes a preços de 2020
2021

Este quadro não inclui as despesas intraorçamentárias

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Categoria Econ. e Grupos de Nat. de Despesa	Realizado		Valores constantes - projeção		
	Empenhado 2019	Reestimativa 2020	Estimativa 2021	Estimativa 2022	Estimativa 2023
DESPESAS CORRENTES	369.863	389.904	401.608	409.864	422.160
1 Pessoal e Encargos Sociais	164.975	171.292	173.416	179.037	184.929
2 Juros e Encargos da Dívida	170	182	184	186	192
3 Outras Despesas Correntes	204.718	218.430	228.008	230.641	237.039
DESPESAS DE CAPITAL	28.113	28.869	21.390	21.606	22.254
4 Investimentos	15.232	16.012	8.404	8.485	8.743
5 Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
Concessão de empréstimos e financiamentos	0	0	0	0	0
Aquisição de títulos de capital integralizado	0	0	0	0	0
Demais Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
6 Amortização da Dívida	12.881	12.857	12.986	13.117	13.511
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	120	121	122	126
Para suplementações	0	0	0	0	0
Para cobertura de passivos contingentes	0	120	121	122	126
Capitalização do RPPS	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL DA DESPESA	397.976	418.893	423.119	431.592	444.540
Despesas primárias geradas de PPPs	0	0	0	0	0

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 18-04-2020 e hora de emissão 10:04

[MLDO Despesa - Conam LTDA - www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

Município de JAU

Quadro III

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2018 e 2019 em valores correntes; 2020 a 2023 em valores constantes a preços de 2020
2021

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Saldo em 31 de dezembro					
	Realizado		Valores constantes - projeção			
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA DC (I)	101.852	93.276	85.176	76.076	66.976	58.876
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Dívida Contratual	48.994	45.246	41.146	37.046	32.946	28.846
Empréstimos	2.759	2.653	2.553	2.453	2.353	2.253
Internos	2.759	2.653	2.553	2.453	2.353	2.253
Externos	0	0	0	0	0	0
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0	0	0
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	46.235	42.593	38.593	34.593	30.593	26.593
De Tributos	0	0	0	0	0	0
De Contribuições Previdenciárias	46.235	42.593	38.593	34.593	30.593	26.593
De Demais Contribuições Sociais	0	0	0	0	0	0
Do FGTS	0	0	0	0	0	0
Com Instituição Não Financeira	0	0	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	0	0	0	0	0	0
Precatórios posteriores a 05/05/2000	12.900	10.934	8.934	5.934	2.934	934
Vencidos e não pagos	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	39.958	37.096	35.096	33.096	31.096	29.096
DEDUÇÕES (II)	24.830	20.513	23.513	19.513	20.513	20.513
Disponibilidade de Caixa	21.679	17.989	19.989	14.989	14.989	13.989
Disponibilidade de Caixa Bruta	48.287	45.983	42.983	32.983	27.983	21.983
(-) Restos a Pagar processados	26.608	27.994	22.994	17.994	12.994	7.994
Demais Haveres Financeiros	3.151	2.524	3.524	4.524	5.524	6.524
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	77.022	72.763	61.663	56.563	46.463	38.363

Resultado Nominal de 2019 calculado abaixo da linha; 2021 a 2023 calculado acima da linha

Especificação	2019	2020	2021	2022	2023
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes	//////	//////	12.986	13.117	13.511
RESULTADO NOMINAL - Valores Correntes	-4.259	//////	13.447	14.073	15.003

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 18-04-2020 e hora de emissão 10:04

[MLDO dívida - Conam LTDA - www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

Município de JAU

Quadro III

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2018 e 2019 em valores correntes; 2020 a 2023 em valores constantes a preços de 2020
2021

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

Fonte e Notas Explicativas

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAU: Com base no Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - RGF ANEXO 2.

MDO divida - Conam LTDA - www.conam.com.br

MUNICÍPIO DE JAU									
ELABORACAO DA LDO-2021									
METAS E PRIORIDADES PARA 2021									
Programa : 0001 CIDADE EMPREENDEDORA									
Objetivo : IMPLANTAR PLANO ESTRATEGICO DE DESENVOLVIMENTO PARA A CIDAD E COM ACOES DE FOMENTO INTEGRADAS E SUSTENTADAS									
Orgao Responsavel Principal : 02.02.00 PODER EXECUTIVO									
Indicador :		Unidade de Medida	Indice mais Recente		Indice Futuro 2021				
EXECUCAO DO PROGRAMA		%	100		100				
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2020									
Valores 2021									
Ano	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total			
2008	MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA	DESENVOLVIME NTO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	1.945	1	1.946	
S									
2008	MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA	AGRICULTURA	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	1.819	2	1.821	
S									
					Total do Programa	3.764	3	3.767	

MUNICÍPIO DE JAU									
ELABORACAO DA LDO-2021									
METAS E PRIORIDADES PARA 2021									
Programa : 0002 CIDADE ESCOLA									
Objetivo : OBJETIVA OTIMIZAR O ENSINO PUBLICO NA MUNICIPALIDADE, VISAND O A POTENCIALIZACAO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM ATIVIDA DES PEDAGOGICO-EDUCACIONAIS, ESPORTIVAS, ARTISTICAS E CULTURA IS REALIZADAS DURANTE O TURNO E/O/ CONTRA TURNO ESCOLAR, ASS EGURANDO AS CONDICICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO ESCOLAR									
Orgao Responsavel Principal : 02.08.00 SECRETARIA DE EDUCACAO									
Indicador :		Unidade de Medida	Indice mais Recente		Indice Futuro 2021				
EXECUCAO DO PROGRAMA		%	100		100				
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2020									
Valores 2021									
Ano	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total			
1005	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESCOLAS DE EDUC	INFANTIL	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA	QUANTIDADE	0	103	2	105	
ACAO INFANTIL									
1006	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENSI	FUNDAMENTAL	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	81	2	83	
NO FUNDAMENTAL									
2008	MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA	EDUCACAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	7.419	17	7.436	
S									
2011	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E	FUNDAMENTAL	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS ATENDIDOS	1600	7.819	0	7.819	
ESTADUAL DE ENSINO									
2011	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E	ENSINO MEDIO	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS ATENDIDOS	100	885	0	885	
ESTADUAL DE ENSINO									
2011	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E	INFANTIL	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS ATENDIDOS	500	1.372	0	1.372	
ESTADUAL DE ENSINO									
2011	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E	ED. ESPECIAL	ALUNOS TRANSPORTADOS	ALUNOS ATENDIDOS	0	500	0	500	
ESTADUAL DE ENSINO									
2015	MANUTENCAO DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	FUNDAMENTAL	MANUTENCAO DAS UNIDADES ESCOLARES	%	100	11.861	1	11.862	
ES FUNDAMENTAL									
2016	MANUTENCAO DE ESCOLAS DE EDUCACAO INFANTIL	INFANTIL	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	13.472	10	13.482	
ES INFANTIL									
2017	FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DAS RED	FUNDAMENTAL	ALUNOS ATENDIDOS	QUANTIDADE	13000	2.920	1	2.921	
ES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO									
2017	FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DAS RED	EJA	ALUNOS ATENDIDOS	QUANTIDADE	1000	140	0	140	
ES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO									
2017	FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DAS RED	ENSINO MEDIO	ALUNOS ATENDIDOS	QUANTIDADE	7200	1.920	0	1.920	
ES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO									
2017	FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DAS RED	INFANTIL	ALUNOS ATENDIDOS	QUANTIDADE	13000	968	0	968	
ES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO									
2018	ALFABETIZACAO DE JOVENS E ADULTOS	EJA	ALUNOS ATENDIDOS	QUANTIDADE	1000	102	2	104	
FUNDEB 60%									
2323	FUNDEB 60%	FUNDEB	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	29.968	0	29.968	
FUNDEB 60%									
2324	FUNDEB 40%	FUNDEB	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	17.137	0	17.137	
FUNDEB 40%									
2324	FUNDEB 40%	FUNDEB	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	5.458	0	5.458	
FUNDEB 40%									
2324	FUNDEB 40%	FUNDEB	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	2.838	0	2.838	
FUNDEB 40%									
2344	TERCEIRO SETOR	FUNDAMENTAL	ENTIDADES ATENDIDAS	QUANTIDADE	7	356	0	356	
TERCEIRO SETOR									
2344	TERCEIRO SETOR	INFANTIL	ENTIDADES ATENDIDAS	QUANTIDADE	0	3.209	0	3.209	
TERCEIRO SETOR									
2344	TERCEIRO SETOR	ED. ESPECIAL	ENTIDADES ATENDIDAS	QUANTIDADE	0	1.533	0	1.533	
TERCEIRO SETOR									
					Total do Programa	110.361	35	110.396	



MUNICÍPIO DE JAHU										
ELABORACAO DA LDO-2021										
METAS E PRIORIDADES PARA 2021										
Programa : 0003 CIDADE JARDIM										
Objetivo : TRANSFORMAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS EM LUGARES DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES DO MEIO AMBIENTE, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA										
Orgão Responsável Principal : 02.17.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE										
Indicador : Unidade de Medida Índice mais Recente Índice Futuro 2021										
EXECUCAO DO PROGRAMA % 100 100										
Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2020										
Valores 2021										
Ação	Orgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Desp Correntes	Desp de Capital	Total				
1023 RECAPEAMENTO, PAVIMENTACAO E SERVICOS COMPLEMENTARES EM VIAS PUBLICAS		MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	4.064	3.148	7.207			
1025 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA	QUANTIDADE	1	1	529	530			
1022 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA	QUANTIDADE	1	85	2	87			
2008 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA S		MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	21.027	1	21.028			
2008 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA S		MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	21.841	90	21.931			
2008 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA S		MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	1.807	1	1.808			
2008 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA S		MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	3.412	479	3.891			
2047 ESPORTE REPRESENTATIVO DO MUNICIPIO		ATLETAS ATENDIDOS	QUANTIDADE	200	940	0	940			
2055 DESENVOLVIMENTO E PROMOCAO CULTURAL		MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	17	0	17			
2847 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	0	1	0	1			
2848 FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE		UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	0	15	0	15			
				Total do Programa	52.890	4.185	57.065			

MUNICÍPIO DE JAHU										
ELABORACAO DA LDO-2021										
METAS E PRIORIDADES PARA 2021										
Programa : 0004 CIDADE LEGAL										
Objetivo : FACILITAR O ACESSO DO CIDADAO AOS SEUS DIREITOS										
Orgão Responsável Principal : 02.02.00 PODER EXECUTIVO										
Indicador : Unidade de Medida Índice mais Recente Índice Futuro 2021										
EXECUCAO DO PROGRAMA % 100 100										
Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2020										
Valores 2021										
Ação	Orgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Desp Correntes	Desp de Capital	Total				
2008 MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS		MANUTENCAO DA UNIDADE	%	100	495	315	800			
2027 MANUTENCAO DO TRANSITO		MANUTENCAO DA UNIDADE	%	100	737	214	951			
				Total do Programa	1.232	529	1.751			



MUNICÍPIO DE JAHU										
ELABORACAO DA LDO-2021										
METAS E PRIORIDADES PARA 2021										
Programa : 0008 CIDADANIA PARA TODOS										
Objetivo : UNIVERSALIZAR OS DIREITOS DO CIDADAO										
Orgao Responsavel Principal : 02.02.00 PODER EXECUTIVO										
Indicador : Unidade de Medida Indíce mais Recente Indíce Futuro 2021										
EXECUCAO DO PROGRAMA % 100 100										
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2020										
Valores 2021										
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total				
1014 CONSTRUCAO DE PAS	FD0 MUNIC SA UDE	CONSTRUCAO EFETUADA	QUANTIDADE	1	5	2	7			
1202 MANUTENCAO DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE	GABINETE	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	92	0	92			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA ASSISTENCIA S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	1.188	1	1.188			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA ASSISTENCIA S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	7.608	2	7.607			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA ASSISTENCIA S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	1.872	2	1.874			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA ASSISTENCIA S	POLITICAS PU LICAS MULHE	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	226	1	227			
1202 MANUTENCAO REDE PROTECAO SOCIAL BASICA	FD0 ASSIST	MANUTENCAO DA SECRETARIA	%	100	92	17	109			
1202 MANUTENCAO REDE PROTECAO SOCIAL BASICA	FD0 ASSIST	MANUTENCAO DA SECRETARIA	%	100	45	1	46			
1202 MANUTENCAO REDE PROTECAO SOCIAL BASICA	FD0 ASSIST	MANUTENCAO DA SECRETARIA	%	100	517	604	1.121			
1202 MANUTENCAO DA REDE DE PROTECAO A CRIANCA E ADOLESCENTE	FD0 CRIANCA ADOLESCENTE	MANUTENCAO DA SECRETARIA	%	0	6	1	7			
12025 ASSISTENCIA FARMACEUTICA	FD0 MUNIC SA UDE	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	9.306	0	9.306			
12026 ATENCAO BASICA	FD0 MUNIC SA UDE	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	54.026	700	54.726			
12028 VIGILANCIA EM SAUDE	FD0 MUNIC SA UDE	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	1.001	1	1.002			
12028 VIGILANCIA EM SAUDE	FD0 MUNIC SA UDE	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	8.651	194	8.845			
12051 MANUTENCAO REDE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	FD0 ASSIST	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	47	54	101			
12051 MANUTENCAO REDE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	FD0 ASSIST	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	297	0	297			
12051 MANUTENCAO REDE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	FD0 ASSIST	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	227	2	229			
12026 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	AGENCIA REGULADORA	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	1.140	14	1.154			
12348 GESTAO POLITICA ASSIST SOCIAL PROTECAO SOCIAL BASI	FD0 ASSIST	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	17	10	27			
12348 GESTAO POLITICA ASSIST SOCIAL PROTECAO SOCIAL ESPE	FD0 ASSIST	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	284	26	310			
12344 TERCEIRO SETOR	FD0 MUNIC SA UDE	ENTIDADES ATENDIDAS	QUANTIDADE	3	62.970	0	62.970			
12344 TERCEIRO SETOR	FD0 ASSIST	ENTIDADES ATENDIDAS	QUANTIDADE	2	1.619	0	1.619			
12344 TERCEIRO SETOR	FD0 ASSIST	ENTIDADES ATENDIDAS	QUANTIDADE	3	622	0	622			
12344 TERCEIRO SETOR	FD0 ASSIST	ENTIDADES ATENDIDAS	QUANTIDADE	8	2.618	0	2.618			
12344 TERCEIRO SETOR	FD0 ASSIST	ENTIDADES ATENDIDAS	QUANTIDADE	1	250	0	250			
12345 CIRURGIAS ELETIVAS	FD0 MUNIC SA UDE	MANUTENCAO DA UNIDADE	%	0	1.010	0	1.010			
12346 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	FD0 MUNIC SA UDE	BENEFICIADOS	BENEFICIADOS	0	12.628	182	12.780			
Total do Programa				170.386	1.784	172.170				

MUNICÍPIO DE JAHU										
ELABORACAO DA LDO-2021										
METAS E PRIORIDADES PARA 2021										
Programa : 0006 GESTAO MUNICIPAL										
Objetivo : PROVER A ADMINISTRACAO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DOS MEIOS NECE SARIOS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS										
Orgao Responsavel Principal : 02.02.00 PODER EXECUTIVO										
Indicador : Unidade de Medida Indíce mais Recente Indíce Futuro 2021										
EXECUCAO DO PROGRAMA % 100 100										
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2020										
Valores 2021										
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total				
0006 DIVIDA PUBLICA	FINANCAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA VENCIDA NO PERIODO	QUANTIDADE	100	1.446	12.827	14.273			
1042 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PROPRIOS MUNICI PROJOTOS PAS	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA	QUANTIDADE	1	1.113	1.446	2.559			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA GABINETE S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	2.182	1	2.183			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA GABINETE S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	19.277	1	19.278			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA GABINETE S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	10.548	6	10.551			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA GABINETE S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	1.442	1	1.444			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA GABINETE S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	820	137	977			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA GABINETE S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	266	1	267			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA GABINETE S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	686	1	687			
1208 MANUTENCAO DO GABINETE DA SECRETARIA E DEPENDENCIA GABINETE S	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	5.313	1	5.314			
12020 ATIVIDADE DELEGADA	GABINETE	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	0	779	0	779			
12349 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	SEC. JUSTICA	UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADES ADMINISTRAT	0	108	0	108			
Total do Programa				43.945	14.442	58.387				

MUNICÍPIO DE JAHU										
ELABORACAO DA LDO-2021										
METAS E PRIORIDADES PARA 2021										
Programa : 0007 PREVIDENCIA MUNICIPAL										
Objetivo : PAGAMENTO DE ENCARGOS PREVIDENCIARIOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO										
Orgao Responsavel Principal : 04.01.00 INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNIC DE JAHU - IPMJ										
Indicador : Unidade de Medida Indíce mais Recente Indíce Futuro 2021										
EXECUCAO DO PROGRAMA % 100 100										
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2020										
Valores 2021										
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total				
2040 PAGAMENTO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	MANUTENCAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS	%	100	11.428	269	11.697			
Total do Programa				11.428	269	11.697				



MUNICÍPIO DE JAHU							CONAM
ELABORAÇÃO DA LDO-2021							
METAS E PRIORIDADES PARA 2021							
Programa : 0008 PROC LEGISLATIVO							
Objetivo : ELABORAR A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E EXERCER A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE EXTERNO DOS ÓRGÃOS E REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO							
Órgão Responsável Principal : 01.01.00 CÂMARA MUNICIPAL							
Indicador :	Unidade de Medida		Índice mais Recente		Índice Futuro 2021		
EXECUÇÃO DO PROGRAMA	%		100		100		
Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2020							
Valores 2021							
Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Desp Correntes	Desp de Capital	Total	
1001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DO LEGISLATIVO		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA	QUANTIDADE	1	0	100	100
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	%	0	7.668	0	7.668
Total do Programa					7.668	100	7.768

MUNICÍPIO DE JAHU							CONAM
ELABORAÇÃO DA LDO-2021							
METAS E PRIORIDADES PARA 2021							
Programa : 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA							
Objetivo : RESERVA PARA ADEQUAÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO							
Órgão Responsável Principal : 02.06.00 SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS							
Indicador :	Unidade de Medida		Índice mais Recente		Índice Futuro 2021		
EXECUÇÃO DO PROGRAMA	%		100		100		
Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2020							
Valores 2021							
Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física			Reserva de Contingencia	
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	FINANÇAS	RESERVA CONTINGENCIA	%	100		121	121
Total do Programa						121	121

MUNICÍPIO DE JAHU							CONAM
ELABORAÇÃO DA LDO-2021							
METAS E PRIORIDADES PARA 2021							
RESUMO POR ÓRGÃOS EXECUTORES							
Valores Expressos em R\$ milhares médios / Valor							
ÓRGÃOS	A C O E S					TOTAL	
	PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.				
02.00.00 PODER EXECUTIVO	10.669	377.561	14.273			402.503	
01.00.00 CÂMARA MUNICIPAL	100	7.668	0			7.768	
04.00.00 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JAHU - IPMJ	0	11.697	0			11.697	
05.00.00 AGENCIA REGULADORA	0	1.154	0			1.154	
TOTAL	10.769	388.077	14.273			423.119	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES :	401.681	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL :	21.347	TOTAL DA RESERVA DE CONTINGENCIA :	121		

FONTE: CH-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data da emissão 13/ABR/2020 e hora de emissão 08:01

Expediente

Imprensa Oficial do Município de Jahu - Estado de São Paulo
Redação: Rua Paissandu nº 444 - Centro - Jahu - SP
Criado pela Lei Municipal nº 2194 de 22/04/1983.
Regulamentado pelo Decreto nº 2388 de 06/06/1983
Editado e composto sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação
Jornalista Responsável: Luiz Henrique Segali Filho - MTB 86.290/SP
Diagramação: Secretaria de Comunicação
Tiragem: 50 exemplares - Semanário

Observação: Os documentos enviados pela Câmara Municipal de Jahu, Secretarias Municipais e Saemja são de inteira responsabilidade das mesmas, incluindo correção e disponibilização para impressão em tempo hábil.

